

ATA de REUNIÃO

GT-São Francisco – 4ª CCR

Data: 05/03/18 – Horário: das 14h30 às 16h30

Local: Sala de Reuniões da PFDC – Procuradoria Geral da República

Pelo Ministério Público Federal participaram Dr. Nívio de Freitas Silva Filho, Subprocurador Geral da República e coordenador da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, Dr. Daniel Cesar Azeredo Avelino, Procurador da República, Assessor da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, Dra. Lívia Tinoco, Procuradora da República e Coordenadora do GT-Revitalização do São Francisco, Dr. Antônio Arthur Barros Mendes, Procurador da República, Dra. Janaína Andrade de Sousa, Procuradora da República, Dra. Sandra Akemi Shimada Kishi, Procuradora Regional da República e gerente do Projeto Conexão Água do MPF. Pelos demais instituições, participaram os seguintes convidados: Ângelo José de Negreiros Guerra do DNOCS; Patrick Thadeu Thomas Joaquim Guedes Correa Gondim Filho, e Devanir Garcia dos Santos, todos da Agência Nacional de Águas; Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo, Presidente do IBAMA e Maurício Augusto Coelho, Superintendente de Gestão Estratégica do Ministério da Saúde.

A reunião foi dividida em 2 partes, conforme 2 temas-eixos. Na primeira, discutiu-se sobre transposição de bacias, com grande ênfase no descumprimento de condicionantes do licenciamento ambiental na transposição da bacia do São Francisco. O IBAMA esclareceu que nunca concedeu licença de pré-operação, e que sequer cogita de utilizar esse termo, tendo concedido autorização apenas para teste e comissionamento.

Disse que se aproxima o momento de concessão da LO, mas que essa não sairá sem os planos de emergência, tendo sido identificadas falhas no programa de comunicação que precisam ser corrigidas e, diante dos inúmeros problemas apontados pela Procuradora da República Janaína Andrade, comprometeu-se a enviar uma equipe da DIPRO e da DILIC para realizarem fiscalização e vistoria do trecho em teste.

Sandra Kishi, Procuradora Regional da República, tratou da importância de uma atuação

integrada, interinstitucional para a gestão e o monitoramento da qualidade da água, sugerindo uma portaria ou resolução interinstitucional/interministerial que contemplasse tal necessidade, definindo objetivos, diretrizes, planejamento e ordenando o papel de cada órgão, além de sistematizar os encaminhamentos, em contato com semelhantes Comissões ou Comitês em nível regional. A presidente do IBAMA Sueli Araújo disse que achava isso viável, que de certa forma, na prática isso já vem sendo feito. Mencionou que isso poderia ser feito com a liderança do Ministério da Integração. Sandra Kishi apontou a necessária participação do Ministério Público nessa Comissão Interinstitucional, na qualidade de ouvinte.

Janaína Andrade, Procuradora da República, relatou todos os problemas no abastecimento e os conflitos socioambientais da transposição e falhas técnicas nos dutos e canais, já com 2 acidentes, questionando o controle pelo DNOCS e o Ministério da Integração, além do compromisso da fiscalização pelo IBAMA. Procuradores da República membros do GT-Revitalização do São Francisco informaram que o MPF oficiará ao IBAMA solicitando informações, com cronograma das fiscalizações e vistorias.

Na segunda parte da reunião, discutiram-se questões ligadas à Revitalização e à atual questão da compensação. O Ministério da Integração recomendou conversar sobre esse tema com Irani, assessor direto do Ministro da Integração. O IBAMA também não tinha nenhuma informação sobre o Projeto Novo Chico ou sobre a revitalização capitaneada pela comissão interinstitucional criada no ano passado pelo governo Temer e liderada pelo Ministério da Integração.

A presidente do IBAMA disse que no Ministério do Meio Ambiente quem está à frente da revitalização é Jair Tannus, na Secretaria de Recursos Hídricos.

A presidente do IBAMA passou a descrever sobre o decreto e sobre o processo de conversão de multas em serviços ambientais. Informou que não serão destinadas as conversões de multas somente em pagamentos por serviços ambientais, mas em reflorestamento em obrigações de fazer, obrigações de resultado, pela própria empreendimento, no caso Petrobrás, não estando ligadas ao reflorestamento apenas na bacia do empreendimento, como nas compensações, condicionantes do licenciamento, pelo ICMBio .

Nessa sexta será lançado o primeiro chamamento público dos muitos que se seguirão. Esse primeiro terá a seguinte feição: a) será voltado para projetos de recuperação ambiental com revegetação das principais áreas de recarga do Rio São Francisco, quais sejam as sub-bacias de

Caririnha, Urucuia, Indaiá, Pará, Paraopeba, Velhas, Paracatu, Abaeté, Alto São Francisco até 3 Marias e Jequitaí. Além dessas áreas da Bacia do São Francisco, também haverá chamamento para projetos no Rio Parnaíba, sobretudo para áreas do baixo e médio Parnaíba, mediante privilégio do modelo URADI, construído no MMA. Estima-se privilegiar 2 mil famílias de baixa renda no Parnaíba, região com muitos quilombolas, baixo IDH, com um modelo de projetos socioeconômicos, que será diverso, nessa fase, do modelo pensado inicialmente pra o São Francisco.

Relacionado ao chamamento para o Rio São Francisco, os projetos apresentados devem seguir o plano da bacia, sendo que quando o projeto estiver associado a parceiros que já atuam na Bacia, como EMATER e CBHSF isso contará pontos para a seleção do projeto.

Órgãos públicos não podem participar do chamamento, nem será admissível contemplar necessidades administrativas de órgãos públicos com esses valores. Admitir-se-á, no entanto, que as agências das bacias participem, a exemplo da Agência Peixe Vivo.

Estima-se que para esse primeiro chamamento, a capacidade de aplicação de recurso seja de no máximo 2,8 bilhões de reais. Sabe-se que a Petrobras pretende usar 1,5 bilhões que deve de multa para a recuperação ambiental no Rio São Francisco.

Foi firmado convênio com a Caixa, a qual realizará o papel de gestão financeira e agente fiscalizador da aplicação dos recursos. Ao fim dos 8 anos de duração da execução dessa primeira fase de chamamento (5 anos para implantação e 3 anos de monitoramento), o IBAMA terá que apontar se a recuperação ocorreu ou não e a conversão da multa só será homologada, caso se conclua pela ocorrência da recuperação.

Serão 195 municípios alvo nesse primeiro chamamento. E eles, segundo os estudos, correspondem a uma influência de 70 por cento na contribuição da vazão do São Francisco.

O IBAMA está investindo pesado em controle por meio de imagens de satélite, para suprir sua deficiência de recursos humanos, de modo a permitir uma fiscalização por meio de monitoramento de imagem, quando não for possível a presença física do fiscal.

Sandra Kishi destacou o precedente de colegas do MPF em Presidente Prudente-SP que já executam compensação da CESP, também com fundo próprio da Caixa Econômica Federal, que

diante dos desafios e problemas iniciais detectados, criaram-se na CEF uma Comissão Técnica Social e modelo de Contrato Padrão de Repasse, com termos relacionados a peculiaridade regionais como os assentamentos rurais.

No tocante às respostas da Agência Nacional de Águas (ANA) ao questionamento da Dra. Sandra Kishi, do MPF, sobre estudos de vazão ambiental para regulamentar a questão, por enquanto, estão trabalhando com reserva tática para dessedentação humana e animal.

ANA explicou está tentando buscar segurança hídrica com gestão quali-quantitativa da Água para então decidir sobre volumes outorgáveis, mas não respondeu sobre a regulação sobre a vazão ambiental nem sobre vazões meta, para a segurança do abastecimento público e para orientar outorgas. Em relação ao automonitoramento para as outorgas, respondeu Patrick Thomas da ANA que sim já condiciona a outorga a isso.

Respondendo questionamento da Dra. Sandra Kishi, do MPF, os representantes do Ministério da Saúde presentes informaram que já estão colocando no ar os dados validados, pela reconstrução em marcha de programa de análise de informações (B.I.) de monitoramento de qualidade da água pelo DATASUS, com painéis interativos num sistema de dados abertos para gestores e público em geral. Explicaram que os dados brutos serão disponibilizados, por enquanto, ao público que o solicitar mediante cadastramento no respectivo sistema no Ministério da Saúde, porque precisam ser validados por equipes da área de vigilância.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PRR3^a-00007934/2018 ATA nº 18-2018**

.....
Signatário(a): **NIVIO DE FREITAS SILVA FILHO**

Data e Hora: **16/03/2018 14:30:38**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **LIVIA NASCIMENTO TINOCO**

Data e Hora: **19/03/2018 10:03:41**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **SANDRA AKEMI SHIMADA KISHI**

Data e Hora: **16/03/2018 13:45:19**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **JANAINA ANDRADE DE SOUSA**

Data e Hora: **18/03/2018 16:56:46**

Assinado com certificado digital

.....
Signatário(a): **DANIEL CESAR AZEREDO AVELINO**

Data e Hora: **16/03/2018 17:29:30**

Assinado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 87237DD1.BCFCEE0A.78808D7A.9EF4B0DF